



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LEI N° 4.245 - 27-07-1960 - CNPJ n° 75.845.529/0001-05

PUBLICADO
Diário Oficial Municipal Paraná
em 30/05/2025
Edição nº 3287

Lei nº 729/2025

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

L E I

Art. 1º - O Orçamento do Município de Miraselva, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, de despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2026, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria STN nº 699, de 7 de julho de 2023, que aprova a 14ª edição MDF.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, constituídas pelas Autarquias e Fundos que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 699/2023-STN.



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LEI Nº 4.245 - 27-07-1960 - CNPJ nº 75.845.529/0001-05

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos nos Art. 2º e 3º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

- I - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais;

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e

Demonstrativo VIII- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2026 e para os dois seguintes.



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LEI N° 4.245 - 27-07-1960 - CNPJ n° 75.845.529/0001-05

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2026, 2027 e 2028, deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

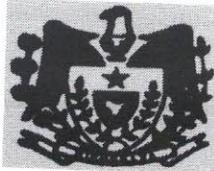
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LEI N° 4.245 - 27-07-1960 - CNPJ n° 75.845.529/0001-05

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 12º - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 13º - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LEI N° 4.245 - 27-07-1960

CNPJ n° 75.845.529/0001-05

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 14º - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 699/2023-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2026, 2027 e 2028.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

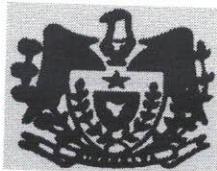
Art. 15º - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 16º - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LEI N° 4.245 - 27-07-1960

CNPJ n° 75.845.529/0001-05

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 17º - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

§ 1º - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2026, 2027 e 2028.

§ 2º - É obrigatória a inclusão, na Proposta da Lei Orçamentária Anual para 2026, dos débitos decorrentes de precatórios judiciais, apresentados até 1.º de julho, data em que terão atualizados seus valores, conforme § 1º do art. 100 da Constituição Federal de 1988.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 18º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2026 estão estabelecidas no projeto de lei do Plano Plurianual - PPA relativo ao período 2026-2029, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidos nesta Lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2026 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2026, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 19º - O orçamento para o exercício financeiro de 2026 abrangerá o Poder Legislativo, o Poder Executivo, as Autarquias e os Fundos Municipais, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 20º - A Lei Orçamentária para 2026 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LEI N° 4.245 - 27-07-1960 - CNPJ n° 75.845.529/0001-05

natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias Conjunta SOF/STN 02/2014 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 21º - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 22º - O Orçamento para exercício de 2026 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias e Fundos (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

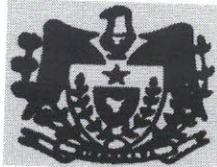
Art. 23º - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2026 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocara à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 24º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LEI N° 4.245 - 27-07-1960 - CNPJ nº 75.845.529/0001-05

Art. 25º - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2026, poderão ser expandidas em até 10%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2024 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 26º - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação apurado no exercício, e do Superávit Financeiro do exercício de 2025.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhara Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 27º - O Orçamento para o exercício de 2026 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% da estimativa da Receita e 50% do total para cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

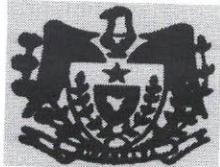
§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria Conjunta SOF/STN nº 02/2014 art. 8º e art. 5º III, "b" da LRF..

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2026, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 28º - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 29º - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 30º - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2026 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LEI N° 4.245 - 27-07-1960 - CNPJ n° 75.845.529/0001-05

Art. 31º - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2026, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 32º - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas dos recursos recebidos, da forma estabelecida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná através do SIT – Sistema Integrado de Transferências.

Art. 33º - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, é considerado despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2026, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 34º - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 35º - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 36º - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2026 a preços correntes.

Art. 37º - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria Conjunta SOF/STN 02/2014.

§ 1º - A Transposição, o Remanejamento e a Transferência poderão ser realizados por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LEI N° 4.245 - 27-07-1960 - CNPJ n° 75.845.529/0001-05

§ 2º - Entende-se por Transposição a realocação de recursos entre programas de trabalho, dentro de um mesmo órgão.

§ 3º - Entende-se por Remanejamento a realocação de recursos entre órgãos, independente da categoria econômica da despesa.

§ 4º - Entende-se por Transferência a realocação de recursos entre categorias econômicas da despesa, dentro do mesmo órgão, mesmo programa de trabalho.

Art. 38º - Durante a execução orçamentária de 2026, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2026 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 39º - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 40º - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2026 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 41º - O Orçamento para o exercício de 2026 conterá as Emendas Impositivas, que torna obrigatória, a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual no quadriênio PPA 2026 a 2029, vide § 11 do art. 166 da Constituição Federal.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42º - A Lei Orçamentária de 2026 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 43º - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LEI N° 4.245 - 27-07-1960 - CNPJ nº 75.845.529/0001-05

Art. 44º - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45º - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2026, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2026.

Art. 46º - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2026, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2025, acrescida de 10%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

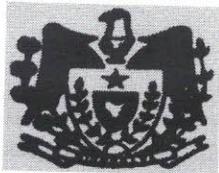
Art. 47º - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF e art. 22, parágrafo único, fica restrita a situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 48º - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF) conforme o art. 169 §§ 3 e 4 da Constituição Federal:

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
- IV - exoneração dos servidores não estáveis.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 49º - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LEI N° 4.245 - 27-07-1960 - CNPJ n° 75.845.529/0001-05

impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 50º - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 51º - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52º - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2025, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária do exercício anterior, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 53º - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 54º - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 55º - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 56º - O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, na manutenção e desenvolvimento do ensino e atenderá a Emenda Constitucional N° 14/96 e a Lei Federal 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Art. 57º - O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do artigo 7º, da Emenda Constitucional N° 29/2000.



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LEI N° 4.245 - 27-07-1960 - CNPJ n° 75.845.529/0001-05

Art. 58º - O município poderá firmar contratos de gestão com creches, asilos, albergues, orfanatos e demais entidades assistências prestadoras de serviços.

Art. 59º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Miraselva, Estado do Paraná,
aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco.**



JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA
 ESTADO DO PARANÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2026

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)	R\$ 1,00
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
<u>DESPESAS LIQUIDADAS</u>	2024 (d)	2023 (e)	2022 (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-	-
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2024 (g) = ((Ia - IIc) + IIIh)	2023 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2022 (i) = (Ic - IIf)	
VALOR (III)	-	-	-	-

Fonte: Sistema SCP550, Divisão de Contabilidade, Data de emissão: 28/mai/2019, Hora de emissão: 10h e 39m

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS PRINCIPAIS DESPESAS

Pessoal e Encargos Sociais

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	12.763.294,75	
2024	13.124.777,28	2,83
2025	13.608.400,00	3,68
2026	15.435.321,53	13,42
2027	16.953.642,65	9,84
2028	18.643.355,70	9,97

Juros e Encargos da Dívida

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	118.529,08	
2024	97.809,39	(17,48)
2025	124.000,00	26,78
2026	185.635,33	49,71
2027	203.895,66	9,84
2028	224.217,26	9,97

Outras Despesas Correntes

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	10.006.885,11	
2024	11.123.681,08	11,16
2025	11.826.000,00	6,31
2026	13.489.519,66	14,07
2027	14.816.438,74	9,84
2028	16.293.143,82	9,97

Investimento

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	1.912.930,37	
2024	5.565.594,75	190,95
2025	661.600,00	(88,11)
2026	913.650,64	38,10
2027	1.003.523,41	9,84
2028	1.103.541,24	9,97

Inversões Financeiras

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	-	
2024	-	#DIV/0!
2025	-	#DIV/0!
2026	-	#DIV/0!
2027	-	#DIV/0!
2028	-	#DIV/0!

Amortização da Dívida

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	344.094,79	
2024	403.964,57	17,40
2025	380.000,00	(5,93)
2026	466.502,70	22,76
2027	512.391,03	9,84
2028	563.459,33	9,97

Reserva de Contigência

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	-	
2024	-	#DIV/0!
2025	260.000,00	#DIV/0!
2026	301.274,66	15,87
2027	330.910,04	9,84
2028	363.890,75	9,97

Reserva de Contigência do RPPS

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	-	
2024	-	#DIV/0!
2025	-	#DIV/0!
2026	-	#DIV/0!
2027	-	#DIV/0!
2028	-	#DIV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA
ESTADO DO PARANÁ
ANEXO MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

Impostos

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	1.130.498,98	
2024	1.826.100,32	61,53
2025	1.628.000,00	(10,85)
2026	1.780.760,67	9,38
2027	1.955.928,16	9,84
2028	2.150.869,00	9,97

Taxas

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	40.593,36	
2024	42.577,91	4,89
2025	100.000,00	134,86
2026	109.383,33	9,38
2027	120.143,01	9,84
2028	132.117,26	9,97

Contribuição de Melhoria

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	-	
2024	-	#DIV/0!
2025	-	#DIV/0!
2026	-	#DIV/0!
2027	-	#DIV/0!
2028	-	#DIV/0!

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	84.057,03	
2024	95.066,88	13,10
2025	100.000,00	5,19
2026	109.383,33	9,38
2027	120.143,01	9,84
2028	132.117,26	9,97

RECEITA PATRIMONIAL

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	546.053,91	
2024	547.950,46	0,35
2025	526.000,00	(4,01)
2026	580.356,33	10,33
2027	637.444,05	9,84
2028	700.975,98	9,97

RECEITA AGROPECUÁRIA

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

2023	-	
2024	-	#DIV/0!
2025	-	#DIV/0!
2026	-	#DIV/0!
2027	-	#DIV/0!
2028	-	#DIV/0!

RECEITA INDUSTRIAL

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	-	
2024	-	#DIV/0!
2025	-	#DIV/0!
2026	-	#DIV/0!
2027	-	#DIV/0!
2028	-	#DIV/0!

RECEITA DE SERVIÇOS

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	336.472,96	
2024	466.232,93	38,56
2025	777.000,00	66,65
2026	849.908,50	9,38
2027	933.511,17	9,84
2028	1.026.551,11	9,97

Cota-parte do FPM

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	15.123.363,66	
2024	17.059.082,02	12,80
2025	18.430.000,00	8,04
2026	20.759.348,33	12,64
2027	22.801.376,23	9,84
2028	25.073.913,40	9,97

Cota-parte do ITR

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	133.142,80	
2024	158.391,58	18,96
2025	50.000,00	(68,43)
2026	174.691,67	249,38
2027	191.875,50	9,84
2028	210.999,10	9,97

Cota-parte do FPM 1º Descendio

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	1.488.537,15	
2024	1.799.726,17	20,91
2025	1.500.000,00	(16,65)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

2026	1.908.152,71	27,21
2027	2.095.851,33	9,84
2028	2.304.737,85	9,97

Compensação Financeira - Rec Naturais

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	213.831,62	
2024	215.044,60	0,57
2025	218.000,00	1,37
2026	238.455,67	9,38
2027	261.911,76	9,84
2028	288.015,63	9,97

Transferencia de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	1.184.069,08	
2024	1.026.160,74	(13,34)
2025	1.329.000,00	29,51
2026	1.853.704,50	39,48
2027	2.036.047,23	9,84
2028	2.238.973,27	9,97

Transferencia de recursos do Fundo Nac. da Assistencia Social

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	193.132,37	
2024	145.907,15	(24,45)
2025	170.000,00	16,51
2026	185.951,67	9,38
2027	204.243,11	9,84
2028	224.599,34	9,97

Transferencia de recursos do Fundo Nac. Desenv. Educação

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	181.840,00	
2024	171.955,36	(5,44)
2025	206.500,00	20,09
2026	225.876,58	9,38
2027	248.095,31	9,84
2028	272.822,14	9,97

Transferência Financeira - ICMS Desoneração

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	-	
2024	-	#DIV/0!
2025	-	#DIV/0!
2026	-	#DIV/0!
2027	-	#DIV/0!
2028	-	#DIV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA
ESTADO DO PARANÁ
ANEXO MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

Outras Transferências

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	538.747,61	
2024	187.029,22	(65,28)
2025	208.000,00	11,21
2026	227.517,33	9,38
2027	249.897,46	9,84
2028	274.803,90	9,97

Cota-parte do ICMS

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	2.488.098,09	
2024	3.459.137,25	39,03
2025	3.500.000,00	1,18
2026	4.028.416,67	15,10
2027	4.424.678,59	9,84
2028	4.865.671,55	9,97

Cota-parte do IPVA

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	443.877,21	
2024	442.603,41	(0,29)
2025	450.000,00	1,67
2026	492.225,00	9,38
2027	540.643,53	9,84
2028	594.527,67	9,97

Cota-parte do IPI/Exportação

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	25.382,49	
2024	45.482,93	79,19
2025	25.000,00	(45,03)
2026	27.345,83	9,38
2027	30.035,75	9,84
2028	33.029,32	9,97

CIDE

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	1.533,62	
2024	10.834,17	606,44
2025	15.000,00	38,45
2026	16.407,50	9,38
2027	18.021,45	9,84
2028	19.817,59	9,97

Outras Participações nas Receitas dos Estados

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	-	
2024	666.900,00	#DIV/0!
2025	-	(100,00)
2026	-	#DIV/0!
2027	-	#DIV/0!
2028	-	#DIV/0!

Transferências da Compensação Financeira

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	-	
2024	-	#DIV/0!
2025	-	#DIV/0!
2026	-	#DIV/0!
2027	-	#DIV/0!
2028	-	#DIV/0!

Transferências Rec Estado - Programas de Saúde

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	250.483,40	
2024	261.522,19	4,41
2025	219.000,00	(16,26)
2026	239.549,50	9,38
2027	263.113,19	9,84
2028	289.336,80	9,97

Outras Transferências dos Estados

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	75.000,00	
2024	132.858,63	77,14
2025	99.500,00	(25,11)
2026	108.836,42	9,38
2027	119.542,29	9,84
2028	131.456,67	9,97

Transferencias do FUNDEB

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	1.604.318,33	
2024	1.719.172,44	7,16
2025	1.700.000,00	(1,12)
2026	1.859.516,67	9,38
2027	2.042.431,12	9,84
2028	2.245.993,42	9,97

Transf. Convênios da União e suas Entidades

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	-	
2024	-	#DIV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

2025	-	#DIV/0!
2026	-	#DIV/0!
2027	-	#DIV/0!
2028	-	#DIV/0!

Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	198.488,69	
2024	-	(100,00)
2025	-	#DIV/0!
2026	-	#DIV/0!
2027	-	#DIV/0!
2028	-	#DIV/0!

Transf. de Instituições Privadas

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	-	
2024	-	#DIV/0!
2025	-	#DIV/0!
2026	-	#DIV/0!
2027	-	#DIV/0!
2028	-	#DIV/0!

Multas e Juros de Mora

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	-	
2024	-	#DIV/0!
2025	10.000,00	#DIV/0!
2026	10.938,33	9,38
2027	12.014,30	9,84
2028	13.211,73	9,97

Indenizações e Restituições

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	587.894,53	
2024	239.442,39	(59,27)
2025	-	(100,00)
2026	2.000,00	#DIV/0!
2027	2.196,73	9,84
2028	2.415,68	9,97

Receita da Dívida Ativa

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023	-	
2024	-	#DIV/0!
2025	-	#DIV/0!
2026	-	#DIV/0!
2027	-	#DIV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS FONTES DE RECEITA

2028	-	#DIV/0!
------	---	---------

Receitas Diversas

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
2023		
2024		#DIV/0!
2025		#DIV/0!
2026	7.850,00	#DIV/0!
2027	8.622,18	9,84
2028	9.481,51	9,97

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA
 ESTADO DO PARANÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2026

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	Variação		R\$ 1,00 (c/a) x 100
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100	
Receita Total	22.190.000,00	0,006	31.824.586,16	0,008	9.634.586,16	43,42	
Receitas Primárias (I)	21.659.700,00	0,005	31.276.635,70	0,008	9.616.935,70	44,40	
Despesa Total	22.190.000,00	0,006	30.315.827,07	0,007	8.125.827,07	36,62	
Despesas Primárias (II)	21.730.000,00	0,005	29.814.053,11	0,007	8.084.053,11	37,20	
Resultado Primário (III) = (I-II)	(70.300,00)	0,000	1.462.582,59	0,000	1.532.882,59	-2180,49	
Resultado Nominal	-	0,000	-	0,000	-	#DIV/0!	
Dívida Pública Consolidada	2.800.000,00	0,001	2.097.947,34	0,001	(702.052,66)	-25,07	
Dívida Consolidada Líquida	-	0,000	-	0,000	-	#DIV/0!	

Fonte: Sistema SCP550, Divisão de Contabilidade, Data de emissão: 28/maio/2019, Hora de emissão: 10h e 39m

ENTIDADE PÚBLICA >>>>>		PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA		ESTADO DO PARANÁ			
ANO REFERÊNCIA >>>>>		2026	ESTADO >>>>>	ESTADO DO PARANÁ			
FONTE >>>>>						Projeção de Crescimento	
		2025	2026	2027	2028	2026	2028
			1.0600	1.0938	1.0984	1.0987	
ESPECIFICAÇÃO	REALIZAÇÃO	PROJETADA	PROJETADA	PROJETADA	PROJETADA	PREVISÃO	PREVISÃO
RECEITAS CORRENTES	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RECEITA TRIBUTÁRIA	21.328.205,20	23.226.695,43	26.501.640,74	22.100.000,00	26.770.000,00	30.700.171,04	33.720.044,53
Impostos	1.042.840,38	1.171.092,34	1.868.678,23	1.198.000,00	1.728.000,00	1.880.144,00	37.080.808,97
Taxas	988.877,33	1.130.498,98	1.826.100,32	1.088.000,00	1.628.000,00	1.780.760,67	2.282.896,26
Contribuição de Melhoria	43.963,05	40.593,36	42.577,91	100.000,00	100.000,00	109.383,33	2.150.869,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-	-	120.143,01	132.117,26
RECEITA PATRIMONIAL	40.436,76	84.057,03	95.066,88	100.000,00	100.000,00	-	-
Rendimento de Aplicações Financeiras	846.861,72	546.053,91	547.950,46	450.300,00	526.000,00	580.356,33	120.143,01
Outras receitas Patrimoniais	646.661,72	546.053,91	547.950,46	450.300,00	526.000,00	580.356,33	637.444,05
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-	-	637.444,05	700.975,98
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	350.831,16	336.472,96	466.232,93	1.181.700,00	777.000,00	849.908,50	933.511,17
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.185.225,54	20.501.124,66	23.284.269,85	19.160.000,00	23.629.000,00	27.249.580,54	1.026.551,11
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	14.996.518,72	16.005.284,39	17.244.981,95	14.043.000,00	18.415.500,00	21.386.830,46	32.913.069,45
Cota-parte do FPM	14.685.408,83	15.123.383,66	17.059.082,02	14.500.000,00	18.430.000,00	20.759.348,33	25.831.882,13
(-) Dedução do FPM	(2.937.081,74)	(3.024.751,45)	(3.486.849,01)	(2.968.000,00)	(3.686.000,00)	(4.151.869,67)	25.073.913,40
Cota-parte do ITR	108.341,26	133.142,80	158.391,58	40.000,00	50.000,00	174.691,67	(4.560.275,25)
(-) Dedução do ITR	(21.678,14)	(26.628,45)	(31.685,88)	(8.000,00)	(10.000,00)	(34.938,33)	(5.014.782,88)
Cota-parte do FPM 1º Descendido	1.364.784,65	1.488.537,15	1.799.726,17	1.000.000,00	1.500.000,00	1.908.152,71	210.999,10
Compensação Financeira - Rec Naturais	312.506,45	213.831,62	215.044,60	250.000,00	218.000,00	238.455,67	(38.375,10)
Transferência de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	1.016.869,39	1.184.069,08	1.028.160,74	678.000,00	1.329.000,00	1.853.704,50	(42.199,82)
Transferência de recursos do Fundo Nac. da Assistência Social	84.654,01	183.132,37	145.907,15	178.000,00	170.000,00	185.951,67	2.304.737,85
Transferência de recursos do Fundo Nac. Desenv. Educação	153.332,31	181.840,00	171.955,36	190.000,00	206.500,00	225.876,58	248.995,31
(-) Dedução do ICMS Desonerização	-	-	-	-	-	-	272.822,14
Outras Transferências	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	229.468,70	538.747,61	187.029,22	115.000,00	208.000,00	227.517,33	-
Cota-parte do ICMS	2.226.481,01	2.693.033,25	4.320.135,46	3.417.000,00	3.513.500,00	4.003.183,42	274.803,90
(-) Dedução do do ICMS	(445.296,79)	(488.098,09)	3.459.137,25	3.500.000,00	3.500.000,00	4.028.416,67	4.386.963,23
Cota-parte do IPVA	380.086,01	443.877,21	(601.588,88)	(700.000,00)	(700.000,00)	(805.683,33)	4.885.671,55
(-) Dedução do IPVA	(76.017,20)	(88.755,46)	(88.517,67)	(70.000,00)	(90.000,00)	(492.225,00)	594.527,67
Cota-parte do IPI/Exportação	25.562,60	25.382,49	45.482,93	25.000,00	25.000,00	(98.445,00)	(118.905,53)
(-) Dedução do IPI Exportação	(5.099,55)	(4.982,73)	(9.096,57)	(5.000,00)	(5.000,00)	27.345,83	33.029,32
CIDE	7.734,95	1.533,62	10.834,17	15.000,00	15.000,00	(5.469,17)	(6.007,15)
Otras Participações nas Receitas dos Estados	-	-	666.900,00	-	-	16.407,50	(6.605,86)
Transferências da Compensação Financeira	-	-	-	-	-	18.021,45	19.817,59
Transferências Rec Estado - Programas de Saúde	182.061,81	250.483,40	261.522,19	202.000,00	219.000,00	239.549,50	-
Outras Transferências dos Estados	-	75.000,00	132.858,63	100.000,00	98.500,00	108.856,42	289.336,80
						119.542,29	131.456,67

Fonte: Sistema SCP550, Divisão de Contabilidade, E

TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	
Transferências do FUNDEB	1.592.715,75
1.592.715,75	1.604.318,33
300.482,23	1.604.318,33
198.488,69	1.719.172,44
300.482,23	1.719.172,44
198.488,69	1.700.000,00
300.482,23	1.700.000,00
198.488,69	1.859.516,67
300.482,23	1.859.516,67
198.488,69	2.042.431,12
300.482,23	2.042.431,12
198.488,69	2.245.993,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	
Multas e Juros de Mora	-
Indenizações e Restituições	-
Receita da Dívida Ativa	-
Receitas Diversas	-
RECEITAS DE CAPITAL	
Operações de Crédito	-
Alienação de Bens	-
Alienação de Bens Móveis	-
Alienação de Bens Imóveis	-
Transf. de Capital	-
Transferência da União	760.536,40
Transferência do Estado	366.105,16
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	394.431,24
TOTAL	22.550.754,03
23.938.745,27	21.190.000,00
31.824.586,16	26.860.000,00
22.190.000,00	30.798.616,03
-	33.828.173,22
-	37.199.714,48

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO		PROVÁVEL		ESTIMADO	
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
DESPESAS CORRENTES	19.300.142,47	22.888.708,94	24.346.247,75	20.708.000,00	25.558.400,00	29.110.476,53
Pessoal e Encargos Sociais	10.852.221,43	12.763.294,75	13.124.777,28	11.544.290,00	13.608.400,00	15.435.321,53
Juros e Encargos da Dívida	87.256,48	118.529,08	97.809,39	160.000,00	124.000,00	185.635,33
Outras Despesas Correntes	8.360.664,56	10.006.885,11	11.123.661,08	9.003.710,00	11.826.000,00	13.489.519,66
DESPESAS DE CAPITAL	3.436.465,19	2.257.025,16	5.969.659,32	1.282.000,00	1.041.600,00	1.380.153,34
Investimento	3.233.397,18	1.912.930,37	5.565.594,75	962.000,00	661.600,00	913.660,64
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	1.003.523,41
Amortização da Dívida	203.108,01	344.094,79	403.964,57	300.000,00	380.000,00	466.502,70
Reserva de Contingência	-	-	-	220.000,00	260.000,00	307.986,17
Reserva de Contingência do RPPS	-	-	-	-	-	512.391,03
TOTAL	22.736.607,66	25.145.734,10	30.315.827,07	22.190.000,00	26.880.000,00	30.798.616,04
RESERVA DE PREVISÃO DA DÍVIDA	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		PREVISTA		PROJETADA	
	2024	2023	2024	2025	2026	2027
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.316.498,15	2.767.853,55	2.529.267,80	2.097.947,24	2.800.000,00	2.843.966,67
DEDUÇÕES (II)	5.243.879,92	5.283.453,12	4.150.144,05	4.977.330,68	4.371.897,66	3.123.718,19
Ativo Disponível	5.323.460,05	5.324.417,41	4.173.598,40	5.172.660,86	4.441.770,05	3.435.048,77
Haveres Financeiros	-	-	-	-	4.888.556,14	5.898.344,90
(-) Restos a Pagar Processados	79.580,13	60.964,29	23.454,35	195.350,18	5.055.446,14	5.552.733,53
TOTAL	216.257,41	216.890,00	190.000,00	180.000,00	37.199.714,49	237.811,07

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I+II)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)
PASSivos RECONHECIDOS (V)
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)
RESULTADO NOMINAL

#VALOR)

	2022	2023	2024
Patrimônio/Capital	-	-	-
Reservas	-	-	-
Resultado Acumulado	26.890.088,17	28.373.590,29	35.616.588,56
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio/Capital	2022	2023	2024
Reservas	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-

	2022	2023	2024
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.			
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
	-	-	-
	-	-	-

	2022	2023	2024
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPSS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Segurados	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPSS	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DÉDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPSS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00

Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS				
	2022	2023	2024	
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA				
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS				
	2022	2023	2024	
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade em Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade em Contas Movimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens e direitos	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS LIQUIDADAS (recurso de alienação de ativos)				
	2022	2023	2024	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	-	
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	
Investimentos	-	-	-	
Investimentos Financeiros	-	-	-	
Autorização de Direito	-	-	-	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	
Benefício Proprio dos Servidores Públicos	-	-	-	

Taxa de Inflação	INPC/BGEE	PERÍODO	Acumulada	IPC-E	Acumulada
2023	11,10%	2023-2024	1,1871	10,70%	1,1777
2024	6,85%	2024-2024	1,0685	6,39%	1,0639
2025	4,38%	2025-2025	1,0438	3,98%	1,0398
2026	4,53%	2026-2026	1,0453	4,35%	1,0435

	2027	4,42%	2026-2027	1,0915	4,29%	
	2028	4,33%	2026-2028	1,1388	4,29%	
		OK				1,0883
	2024	2025	2026	2027	2028	OK
Projeção	Efetivo	2,05%	2,69%	3,58%	3,28%	
PIB ESTADUAL	401.662.000.000	409.866.000.000	420.897.000.000	435.972.000.000	450.256.000.000	
	OK	OK	OK	OK	OK	
Taxa Selic Efetiva (média % a.a.)	6,50%	5,50%	5,50%	6,00%		
	OK	OK	OK	OK		
Câmbio (R\$/US\$ - final de período - dezembro)	2025	2026	2027	2028		
	3,74	3,36	3,43	3,49		
	OK	OK	OK	OK		
	2024					
Ativo Financeiro	5.311.887,94					

Projecão de crescimento para 2025 em relação a 2024	%	5,00%
---	---	-------

Média INPC+IPCA+SEIJIC (a)	2026	2027	2028
Previsão de Taxa de Crescimento Municipal (b)	4,793	4,737	4,857
Projecão de Crescimento = (a + b)	4,59	5,10	5,11

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA
ESTADO DO PARANÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
EVOLUÇÃO DA RECEITA
2026

ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.042.840,38	1.171.092,34	1.868.678,23	1.728.000,00	1.890.144,00	2.076.071,16	2.282.986,26
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	40.436,76	84.057,03	95.066,88	100.000,00	109.383,33	120.143,01	132.117,26
RECEITA PATRIMONIAL	646.661,72	546.053,91	547.950,46	526.000,00	580.356,33	637.444,05	700.975,98
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	350.831,16	336.472,96	466.232,93	777.000,00	849.908,50	933.511,17	1.026.551,11
TRANSFERENCIAS CORRENTES	19.185.229,54	20.501.124,66	23.284.269,85	23.629.000,00	27.249.590,54	29.930.041,93	32.913.069,45
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	62.205,64	587.894,53	239.442,39	10.000,00	20.788,33	22.833,21	25.108,92
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	462.012,43	123.953,19	-	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	80.000,00	87.506,67	96.114,41	105.693,81
TRANSF. DE CAPITAL	760.536,40	588.096,65	5.322.945,42	10.000,00	10.938,32	12.014,28	13.211,70
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	22.550.754,03	23.938.745,27	31.824.586,16	26.860.000,00	30.798.616,03	33.828.173,22	37.199.714,48

Fonte: Sistema SCP550, Divisão de Contabilidade, Data de emissão: 28/mai/2019, Hora de emissão: 10h e 39m

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

ESTADO DO PARANÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2026

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2026
Aumento Permanente da Receita	3.938.616,03
(-) Transferências constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	159.516,67
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.779.099,37
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	3.779.099,37
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas pelo PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	3.779.099,37

Fonte: Sistema SCP550, Divisão de Contabilidade, Data de emissão: 28/maio/2019, Hora de emissão: 10h e 39m

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

ESTADO DO PARANÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2026

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2026						2027						2028						R\$ 1,00	
	VALOR		% PIB																	
	corrente	constante		corrente	constante		corrente	constante		corrente	constante		corrente	constante						
Receita Total	30.798.616,03	29.463.901,30	0,007	33.828.173,22	30.992.307,08	0,008	37.199.714,48	32.666.737,29	0,008	37.199.714,48	32.666.737,29	0,008	37.199.714,48	32.666.737,29	0,008	37.199.714,48	32.666.737,29	0,008		
Receita Primária (I)	30.130.753,03	28.824.981,38	0,007	33.094.614,76	30.320.243,92	0,008	36.393.044,70	31.958.364,39	0,008	36.393.044,70	31.958.364,39	0,008	36.393.044,70	31.958.364,39	0,008	36.393.044,70	31.958.364,39	0,008		
Despesa Total	30.798.616,04	29.463.901,31	0,007	33.828.173,22	30.992.307,08	0,008	37.199.714,49	32.666.737,30	0,008	37.199.714,49	32.666.737,30	0,008	37.199.714,49	32.666.737,30	0,008	37.199.714,49	32.666.737,30	0,008		
Despesas Primárias (II)	30.146.478,01	28.840.024,88	0,007	33.111.886,53	30.336.067,77	0,008	36.412.037,90	31.975.043,16	0,008	36.412.037,90	31.975.043,16	0,008	36.412.037,90	31.975.043,16	0,008	36.412.037,90	31.975.043,16	0,008		
Resultado Primário (III) = (I – II)	-15.724,97	-15.043,50	0,000	-17.271,77	-15.823,85	0,000	-18.993,20	-16.678,78	0,000	-18.993,20	-16.678,78	0,000	-18.993,20	-16.678,78	0,000	-18.993,20	-16.678,78	0,000		
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000			
Dívida Pública Consolidada	2.843.966,67	2.720.718,14	0,001	3.123.718,19	2.861.852,24	0,001	3.435.048,77	3.016.470,35	0,001	3.435.048,77	3.016.470,35	0,001	3.435.048,77	3.016.470,35	0,001	3.435.048,77	3.016.470,35	0,001		
Dívida Consolidada Líquida	-2.211.479,47	-2.115.640,94	-0,001	-2.429.015,34	-2.225.387,36	-0,001	-2.671.107,20	-2.345.619,00	-0,001	-2.671.107,20	-2.345.619,00	-0,001	-2.671.107,20	-2.345.619,00	-0,001	-2.671.107,20	-2.345.619,00	-0,001		

Fonte: Sistema SCP550, Divisão de Contabilidade, Data de emissão: 28/maio/2019, Hora de emissão: 10h e 39m

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2026	2027	2028
PIB real Estado do Paraná (crescimento % anual)	2,7%	3,6%	3,3%
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	5,50%	5,50%	6,00%
Câmbio (R\$/US\$ – Final do Ano)	3,36	3,43	3,49
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,53%	4,42%	4,33%
Projeção do PIB do Estado – R\$ milhares	420.897.000	435.972.000	450.256.000

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2026

Valor Corrente / 1,0453

2027

Valor Corrente / 1,0915

2028

Valor Corrente / 1,1388

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA
ESTADO DO PARANÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2026

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										R\$ 1,00
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	
Receita Total	23.938.745,27	31.824.586,16	32,94%	26.860.000,00	-15,60%	30.798.616,03	14,66%	33.828.173,22	9,84%	37.199.714,48	9,97%
Receitas Primárias (I)	23.268.738,17	31.276.635,70	34,41%	26.254.000,00	-16,06%	30.130.753,03	14,77%	33.094.614,76	9,84%	36.393.044,70	9,97%
Despesa Total	25.145.734,10	30.315.827,07	20,56%	26.600.000,00	-12,26%	30.798.616,04	15,78%	33.828.173,22	9,84%	37.199.714,49	9,97%
Despesas Primárias (II)	24.683.110,23	29.814.053,11	20,79%	26.356.000,00	-11,60%	30.146.478,01	14,38%	33.111.886,53	9,84%	36.412.037,90	9,97%
Resultado Primário (III) = (I - II)	(1.414.372,06)	1.462.582,59	-203,41%	(102.000,00)	-106,97%	(15.724,97)	-84,58%	(17.271,77)	9,84%	(18.993,20)	9,97%
Resultado Nominal	-	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	2.529.267,80	2.097.947,34	-17,05%	2.600.000,00	23,93%	2.843.966,67	9,38%	3.123.718,19	9,84%	3.435.048,77	9,97%
Dívida Consolidada Líquida	(1.644.330,60)	(3.074.733,52)	86,99%	(2.021.770,05)	-34,25%	(2.211.479,47)	9,38%	(2.429.015,34)	9,84%	(2.671.107,20)	9,97%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										R\$ 1,00
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	
Receita Total	28.417.768,30	34.004.570,31	19,66%	28.036.468,00	-17,55%	29.463.901,30	5,09%	30.992.307,08	5,19%	32.666.737,29	5,40%
Receitas Primárias (I)	27.622.400,52	33.419.085,25	20,99%	27.403.925,20	-18,00%	28.824.981,38	5,19%	30.320.243,92	5,19%	31.958.364,39	5,40%
Despesa Total	29.850.588,96	32.392.461,22	8,52%	27.765.080,00	-14,29%	29.463.901,31	6,12%	30.992.307,08	5,19%	32.666.737,30	5,40%
Despesas Primárias (II)	29.301.406,54	31.856.315,75	8,72%	27.510.392,80	-13,64%	28.840.024,88	4,83%	30.336.067,77	5,19%	31.975.043,16	5,40%
Resultado Primário (III) = (I - II)	(1.679.006,02)	1.562.769,50	-193,08%	(106.467,60)	-106,81%	(15.043,50)	-85,87%	(15.823,85)	5,19%	(16.678,78)	5,40%
Resultado Nominal	-	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	3.002.502,66	2.241.656,73	-25,34%	2.713.880,00	21,07%	2.720.718,14	0,25%	2.861.852,24	5,19%	3.016.470,35	5,40%
Dívida Consolidada Líquida	(1.951.990,61)	(3.285.352,77)	68,31%	(2.110.323,58)	-35,77%	(2.115.640,94)	0,25%	(2.225.387,36)	5,19%	(2.345.619,00)	5,40%

Fonte: Sistema SCP550, Divisão de Contabilidade, Data de emissão: 28/maio/2019, Hora de emissão: 10h e 39m

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO			PROVÁVEL	ESTIMADO		
	2022	2023	2024		2025	2026	2027
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.767.853,55	2.529.267,80	2.097.947,34	2.600.000,00	2.843.966,67	3.123.718,19	3.435.048,77
DEDUÇÕES (II)	5.324.417,41	4.173.598,40	5.172.680,86	4.621.770,05	5.055.446,14	5.552.733,53	6.106.155,97
Ativo Disponível	5.324.417,41	4.173.598,40	5.172.680,86	4.621.770,05	5.055.446,14	5.552.733,53	6.106.155,97
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados							
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(2.556.563,86)	(1.644.330,60)	(3.074.733,52)	(2.021.770,05)	(2.211.479,47)	(2.429.015,34)	(2.671.107,20)
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(2.556.563,86)	(1.644.330,60)	(3.074.733,52)	(2.021.770,05)	(2.211.479,47)	(2.429.015,34)	(2.671.107,20)
RESULTADO NOMINAL	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema SCP550, Divisão de Contabilidade, Data de emissão: 28/mai/2019, Hora de emissão: 10h e 39m

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

ESTADO DO PARANÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Evolução do Patrimônio Líquido

2026

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	R\$ 1,00 %
Patrimônio/Capital	-	0%	-	0%	-	0%
Reservas	-	0%	-	0%	-	0%
Resultado Acumulado	35.616.588,55	100%	28.373.590,29	100%	26.890.088,17	100%
TOTAL	35.616.588,55	100%	28.373.590,29	100%	26.890.088,17	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
Reservas	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
TOTAL	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!

Fonte: Sistema SCP550, Divisão de Contabilidade, Data de emissão: 28/maio/2019, Hora de emissão: 10h e 39m

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

ESTADO DO PARANÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 2026

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	R\$ 1,00
			2026	2027	2028		
IPTU COSIP Taxas	Desconto	Contribuinte (pgto a vista)	30.500,00	32.025,00	33.626,25	Diminuição da inadimplência e redução de inscrição em dívida ativa, e consequentemente economia com despesas de cobrança judicial.	
	Desconto	Contribuinte (pgto a vista)	5.400,00	5.670,00	5.953,50		
	Desconto	Contribuinte (pgto a vista)	15.200,00	15.960,00	16.758,00		
IPTU	Isenção	Aposentados	41.000,00	43.050,00	45.202,50	Reajuste anual do IPTU acima da inflação	

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO				PROVÁVEL		ESTIMADO	
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.767.853,55	2.529.267,80	2.097.947,34	2.600.000,00	2.843.966,67	3.123.718,19	3.435.048,77	
DEDUÇÕES (II)	5.324.417,41	4.173.598,40	5.172.680,86	4.621.770,05	5.055.446,14	5.552.733,53	6.106.155,97	
Ativo Disponível	5.324.417,41	4.173.598,40	5.172.680,86	4.621.770,05	5.055.446,14	5.552.733,53	6.106.155,97	
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	
(-) Restos a Pagar Processados								
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(2.556.563,86)	(1.644.330,60)	(3.074.733,52)	(2.021.770,05)	(2.211.479,47)	(2.429.015,34)	(2.671.107,20)	
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-	-	
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-	-	
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(2.556.563,86)	(1.644.330,60)	(3.074.733,52)	(2.021.770,05)	(2.211.479,47)	(2.429.015,34)	(2.671.107,20)	
RESULTADO NOMINAL	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Sistema SCP550, Divisão de Contabilidade, Data de emissão: 28/mai/2019, Hora de emissão: 10h e 39m

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA
ESTADO DO PARANÁ
ANEXO 1.3 - META FISCAL DO RESULTADO PRIMÁRIO

META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO						
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO			PROVÁVEL		ESTIMADO
	2022	2023	2024	2025	2026	
1. RECEITA TOTAL						2028
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	22.550.754,03	23.938.745,27	31.824.586,16	26.860.000,00	30.798.616,03	33.828.173,22
(-) Operações de Crédito	(646.661,72)	(546.053,91)	(547.950,46)	(526.000,00)	(580.356,33)	(637.444,05)
(-) Alienação de Ativos	(462.012,43)	(123.953,19)	-	-	-	(700.975,98)
RECEITA FISCAL LÍQUIDA (I)	21.442.079,88	23.268.738,17	31.276.635,70	26.254.000,00	30.130.753,03	33.094.614,76
2. DESPESA TOTAL						36.393.044,70
(-) Amortização e Encargos da Dívida	22.736.607,66	25.145.734,10	30.315.822,07	26.600.000,00	30.490.629,87	33.489.891,50
(+) Reserva de Contingência	(290.364,49)	(462.623,87)	(501.773,96)	(504.000,00)	(652.138,03)	(716.286,70)
(+) Reserva de Contingência RPPS	-	-	-	260.000,00	307.986,17	338.281,72
DESPESA LÍQUIDA (II)	22.446.243,17	24.683.110,23	29.814.053,11	26.356.000,00	30.146.478,01	33.111.886,53
3. SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)						36.412.037,90
4. RESULTADO PRIMÁRIO (I + III + II)						

Fonte: Sistema SCP550, Divisão de Contabilidade. Data de emissão: 28/mai/2019, Hora de emissão: 10h e 39m

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

ESTADO DO PARANÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2026

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	100.000,00	Utilizacao de Reserva de Contingência	R\$ 1,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	-		100.000,00
Avals e Garantias Concedidas	-		-
Assunção de Passivos	-		-
Assistências Diversas	-		-
Outros Passivos Contingentes	-		-
SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL	100.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	200.000,00	Limitação de Empenho	200.000,00
Restituição de Tributos a Maior	-		-
Discrepância de Projeções	-		-
Outros Riscos Fiscais	-		-
SUBTOTAL	200.000,00	SUBTOTAL	200.000,00
TOTAL	300.000,00	TOTAL	300.000,00

Fonte: Sistema SCP550, Divisão de Contabilidade, Data de emissão: 28/maio/2019, Hora de emissão: 10h e 39m